

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2013

2  
3

4 No sétimo dia do mês de março de 2013, às 14h, no Auditório do Conselho, à Avenida Borges de  
5 Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS com os seguintes pontos de pauta: **1º)**  
6 **Ata da 3ª Plenária Extraordinária de 25/10/2012; 2º) Relato das Comissões; 3º) Informes; 4º)**  
7 **Apresentação do Orçamento da SES/RS para o ano de 2013; 5º) Apresentação e deliberações**  
8 **da Política Estadual de Saúde do Trabalhador. Titulares:** Paulo Humberto Gomes da Silva,  
9 Célia Chaves, Alfredo Gonçalves, Carlos Weber, Ronaldo Bordin, Zilá Cohen, Odil Gomes, Alcides  
10 Pozzobon, Eni Bahia, Cristiane Pegoraro, Vera Leonardi, Camila Jacques, Sônia Pinheiro, Arlei  
11 Santos, Luiz Alberto Pitta Pinheiro, Maria Catarina Silva, Carlos Duarte, João de Deus Pawlak,  
12 Veralice Gonçalves, Ana Valls e Károl Cabral. **Suplentes:** Luiz Ferreira, Jane Pilar, Elemar Sand,  
13 Ana Maria Martins, Miriam Kolinger e Leila Ghizzoni. **3º) Informes e assuntos gerais:** O  
14 Presidente do CES/RS, Paulo Humberto Gomes da Silva, informa que recebeu um telefonema da  
15 Deputada Zilá Breiteinbach, líder da bancada do PSDB, questionando itens do Projeto de Lei do  
16 CES e se haveria possibilidade de agendar uma conversa. Informa, então, que está agendada para  
17 segunda-feira, 11 de março, às 9:30h da manhã, a referida conversa com a deputada e convida os  
18 conselheiros e entidades para participar dessa conversa. A conselheira Eni Bahia questiona se já foi  
19 feita uma conversa com as bancadas dos demais partidos e o Presidente responde que sim e que  
20 houve a tentativa de falar com todas as bancadas, quando algumas atenderam e outras alegaram  
21 falta de tempo para esta agenda. Destaca a importância da presença dos conselheiros nessa conversa  
22 para que fique claro o interesse das entidades do CES na mudança da lei. Em seguida, homenageia  
23 as mulheres conselheiras do CES pelo Dia Internacional da Mulher. O presidente põe em votação a  
24 ata da 3ª Plenária Extraordinária de 25/10/2012, que é aprovada com duas abstenções. O presidente  
25 inicia os expedientes informando que a pauta “Apresentação do Orçamento da SES para 2013” terá,  
26 por solicitação do Secretário, alteração de data, pois ainda estão sendo analisados os vetos do  
27 Governador. Informa o convite da 13ª CRS de Santa Cruz para participar de debates sobre questões  
28 de saúde e conselhos municipais de saúde no dia 14 de fevereiro, destacando a importância dos  
29 debates. Informa que o novo conselheiro titular da FRACAB é João de Deus Pawlak, em  
30 substituição ao conselheiro Leocádio, falecido no final do ano de 2012. O conselheiro João de Deus  
31 se apresenta e se compromete a lutar pelas questões a ele pertinentes, assim como o conselheiro  
32 Leocádio o fizera. O Presidente Paulo informa ainda que conselheira Maria Catarina agora passa de  
33 conselheira suplente para titular pela FETAPERS e que Erlon passa a ser suplente. Relata que a  
34 vigilância sanitária enviou uma correspondência informando que o Estado receberá mais 60% de  
35 vacinas para a Gripe A. Informa também que o Hospital da Ulbra de Tramandaí solicita a indicação  
36 de quatro conselheiros do segmento usuário para compor o seu Conselho Gestor. A FADERS  
37 também solicita uma indicação de conselheiro para o seu Conselho Consultivo. A conselheira Eni  
38 lembra que deverá ser preenchida a vaga de Leocádio para o Conselho Gestor de Caxias e João de  
39 Deus informa que substituirá Leocádio. Para finalizar os expedientes, informa que o judiciário  
40 julgou, por unanimidade, inconstitucional a Fundação Pública de Saúde de Novo Hamburgo e que  
41 ainda tem a de Porto Alegre, que será um caso muito trabalhoso. Após breve debate sobre fundações  
42 de saúde e os trabalhadores destes espaços, Carlos Duarte informa que esteve em reunião para  
43 discutir a questão de uma ampliação da estratégia de saúde da família que transforma as UBS de  
44 Porto Alegre em ESF sob regime da Fundação de Porto Alegre e que um médico que atua na UBS  
45 de Lami relatou que apenas um médico acompanha as três equipes que lá existem e atendem cerca  
46 de oito mil pessoas. Naquele lugar, a UBS já foi transformada em ESF, o que traz uma série de  
47 dificuldades, tendo em vista que a visão de ESF é bem diferente de UBS. Informa, ainda, que será  
48 pauta de uma audiência da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de Porto Alegre para  
49 discutir as estratégias da UBS e estratégias de saúde da família. Diz que essa questão não é tão

50 simples como a Gestão está colocando. Ronaldo Bordin faz uso da voz e relata, para contextualizar,  
51 que se for olhar no Brasil, há mais de 36 mil equipes de saúde da família em todo o país, em torno  
52 de 3 mil médicos de família, com 34 mil equipes com posto de trabalho ocupado por outro  
53 especialista médico. Diz que foi muito bem apontado que há uma boa lógica de modelo assistencial,  
54 mas com profissionais formados com uma outra lógica de pensamento e formação, alguns até  
55 anteriores ao SUS. Diz que é complicado trocar o modelo assistencial. Odil Gomes faz uso da voz e  
56 diz que é interessante chamar a atenção para o fato já acontecido no Rio Grande do Sul, de quando  
57 tivemos uma fundação no Estado chamada de Fugast sobre a qual o Governo se provaleceu por ela  
58 fornecer profissionais de saúde e não fez concursos públicos por vários anos. Diz que a entidade  
59 tinha vinte e cinco anos de trabalho, quando o Tribunal Superior do Trabalho proibiu o  
60 fornecimento de profissionais para o estado que não fossem selecionados por concurso público.  
61 Relata que os trabalhadores mais qualificados vinham dessa instituição. Comenta que em Arroio dos  
62 Ratos havia setenta e oito profissionais, que foram contratados para trabalhos eventuais, trabalhando  
63 sem qualidade profissional e estavam sendo demitidos, pois não faziam parte daquele quadro  
64 profissional. Diz que não se qualifica profissionais através de concursos públicos e isso é uma  
65 temeridade para seguir a proposta do SUS. Comenta que nós como usuários devemos lutar em cima  
66 disso. Elemar Sand faz uso da voz e diz que teve um retorno fascinante. Diz tudo que foi dito tem  
67 um grande fundo de razão e relata que na constituição onde diz que o SUS é um direito do cidadão e  
68 dever do Estado, faltou dizer como o profissional de saúde seria contratado. Relata que imagina que  
69 quando se fala de estado, se fala dos três entes, não o Estado unicamente o responsável pelo quadro.  
70 Comenta sobre a Fugast e diz que foi o primeiro grande desafio do Secretário Ciro Simoni, pois  
71 perdeu vários profissionais qualificados e eles perderam todo um trabalho que a secretaria dispunha.  
72 Relata que agora tiveram que tomar uma providência rápida na questão do contrato de ação  
73 emergencial. Comenta que o Estado não é o prestador de serviços e sim o regulador, pois os  
74 contratadores de serviços são os municípios. Diz que um dos avanços que possa ajudar e está  
75 ajudando é a divisão dos horários de trabalho dos médicos. Comenta que há um problema na  
76 contratação profissional em consequência de a legislação não permitir nenhum funcionário do  
77 município receber acima do Prefeito. Diz que o SUS é novo, ainda está em construção e que este  
78 debate só vem buscar encaminhamentos. Comenta que não é um trabalho fácil para a gestão. Diz  
79 que o Estado está encaminhando um projeto para fazer um concurso, longe ainda do que se precisa.  
80 Comenta que a solução não é tão fácil. Diz que a campanha da H1N1 foi um trabalho feito por  
81 todos. Relata que o alcance das vacinas está crescendo e ampliando para as pessoas com morbidade.  
82 Pede que o CES ajude a divulgar isso e diz que é importante que o paciente apresente um atestado  
83 da doença. Diz que é importante a informação e a orientação. Comenta que o ideal é a vacina para  
84 todo mundo, mas que há um plano B, que é a disponibilidade do medicamento. Em relação às  
85 fundações, ele diz que o próprio Estado usou isso para socorrer o Hospital de Tramandaí. Paulo faz  
86 uso da voz e diz que quando o SUS é direito de todos e dever do Estado, é do Estado mesmo, mas  
87 quando foi feito não foi dito de onde sairiam os recursos. Diz que o Estado receberá, sobre o  
88 petróleo, mais um dinheiro. Paulo abre as inscrições para os relatos de comissões. Miriam Kollinger  
89 faz uso da voz e diz que na Plenária passada foi apresentada pelo Fábio a Política Estadual de Saúde  
90 do Trabalhador e que teve várias questões que não puderam ser lidas por causa do tempo, então o  
91 material foi enviado por e-mail. Comenta que houve também vários questionamentos sobre certos  
92 pontos. Relata que houve reuniões de um grupo para discutir o assunto e que ele não conseguiu sair  
93 muito da introdução, por falta de entendimento e ocasionamento de alguns questionamentos. Diz  
94 que depois de debates, o grupo chegou a um senso de que o texto não esclarece muito bem e que  
95 não aborda de maneira adequada algumas categorias. Comenta que se concordou que seria  
96 necessário um seminário para discutir a saúde do trabalhador, aprofundando a discussão e  
97 trabalhando em coletivo. Sugestiona a semana da saúde para fazer o seminário, no dia quatro,  
98 quinta-feira. Diz que, embora na pauta está dito que será feita a aprovação e a deliberação, o grupo  
99 concluiu que não seria possível fazer a aprovação hoje e que deveria ser feito mais algum trabalho  
100 antes. Comenta que por isso estão aproveitando para fazer outra proposição. Diz que se a plenária  
101 aprovar esse momento de seminário, haverá uma comissão para tratar disso. Propõe que não seja

102 feita a plenária no dia do seminário, com o seminário exercendo essa função. Célia faz uso da voz e  
103 diz que a convocação, pelo prazo regimental, tem que sair antes de quinta. Relata que não tinham  
104 idéia se aquele dia seria ou não o suficiente para discutir o assunto. Comenta que talvez teria que se  
105 fazer reuniões antes do seminário e que o seminário talvez não seja o suficiente, então deveriam  
106 fazer discussões prévias. Paulo faz uso da voz e diz que se deve deliberar alternativas para que se  
107 possa ter uma política para cobrar do Governo. Luis Ferreira faz uso da voz e diz que o texto  
108 apresentado pelo Governo é um texto básico que vai ser aproveitado no debate. Diz que a questão  
109 não é o que está no texto e, sim, o que está faltando. Comenta que o texto que foi apresentado não  
110 será substituído e, sim, incrementado. Miriam Kollinger faz uso da voz e diz que concorda com a  
111 Célia que talvez um dia apenas de discussão não seja suficiente, então sugere que as entidades  
112 discutam previamente ao encontro e que elas possam ter o texto disponível para estudo. Pede que os  
113 conselheiros se disponibilizem para ajudar na organização do seminário. Paulo faz uso da voz e diz  
114 que acha que o grupo deve articular a combinação e enviar o material para as entidades, assim como  
115 discutir previamente com elas. Diz que seria interessante levar o material para mexer lá. Comenta  
116 que não irão sair de lá com tudo pronto, apenas com o norte da política. Diz que devem unir todas  
117 as centrais, os sindicatos e a força política para que o Governo aceite a Política de Saúde do  
118 Trabalhador. Conclui, sob apoio dos conselheiros, que a plenária do dia do seminário será  
119 substituída por este. Márcia faz uso da voz e comenta sobre o que a Miriam disse, que a CEPIC se  
120 reúne sistematicamente para tratar de sete e onze de abril, que é o primeiro Seminário  
121 Macrorregional da Região dos Vales. Relata que, para dar seguimento à semana da saúde, estão  
122 trabalhando para o dia sete, quando ocuparão um espaço público, em conjunto com outros grupos,  
123 para levar ao conhecimento da população questões como a dengue, a gripe A e o SUS. Sobre a  
124 macrorregional, diz que nas reuniões já foram expedidos ofícios para as coordenadorias 13<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup> e  
125 8<sup>a</sup>, para que elas auxiliem no dia 11. Que a pauta do seminário consiste em Regionalização,  
126 Educação Permanente no Controle Social do SUS e as sugestões dentro do tema que estão  
127 recebendo. Paulo faz uso da voz e diz que tentará entrar em contato com o CMS de Porto Alegre,  
128 que talvez possam auxiliar em algo. Relata que o pessoal do Conselhão ligou e disse que o Governo  
129 quer ajudar. Cristiane Pegoraro faz uso da voz e diz que o Alfredo conduzirá a formação da  
130 comissão para organizar o seminário, que algumas pessoas já deram o nome para auxiliar, mas se  
131 outras pessoas quiserem participar, que dêem o nome para o Alfredo. Odil Gomes faz uso da voz e  
132 diz que a Comissão Permanente de Fiscalização é muito importante e tem muito pouco participante.  
133 Ele diz que isso dificulta os trabalhos, como os de viagem para o interior, e não conseguem atender  
134 as reclamações e as denúncias que recebem. Comenta que estão fazendo as reuniões às terças-feiras  
135 e convida para estar presente quem quiser participar. Paulo informa do interesse de Toledo,  
136 integrante da Comissão de Etnias do CES, participar da reativação da Comissão de Saúde da  
137 Mulher. Comenta que já existe a comissão, mas não funciona por falta de participantes. Diz que  
138 conversou com o Toledo para que se faça uma articulação numa primeira reunião com as entidades  
139 para ver o funcionamento, pois há uma orientação do CES para que a coordenação da comissão seja  
140 feita por um conselheiro. Toledo faz uso da voz e diz que recebeu um pedido para saber quais os  
141 estados que têm comissões que cuidem da saúde da mulher e da saúde da mulher negra e resolveu  
142 fazer os dois trabalhos numa comissão só. Diz que dia 9 haverá uma reunião com a Secretaria da  
143 Mulher e com a Federação da Mulher, que irão apoiar o trabalho. Ele comenta que está distribuindo  
144 um material sobre a saúde da população negra. Faz uma homenagem ao Dia da Mulher lendo alguns  
145 versos. Paulo abre as inscrições para informes. Eni Bahia faz uso da voz e diz que tem  
146 acompanhado notícias e diz que diariamente recebemos informações sobre o que tem sido feito  
147 sobre as políticas de saúde no Estado e que anotou algumas delas. Comenta sobre a preocupação de  
148 não haver uma fiscalização decente das políticas de saúde no Estado. Relata que o Hospital de  
149 Viamão está sendo ampliado e o CES tem a obrigação de acompanhar. Comenta sobre o Hospital de  
150 Uruguaiana, que carece de recursos, e o caso do Hospital de Gravataí, que ainda não tem lugar de  
151 construção estabelecido. Diz que houve um estudo sobre a falta de leitos em Porto Alegre,  
152 consequente de espaços desativados, inativando quatrocentos leitos. Comenta que o problema  
153 também não é só a falta de leitos. Comenta sobre o caso Hospital de São Leopoldo, de onde saíram

154 24 médicos. Parabeniza o Simers pelo seu trabalho quanto aos recursos humanos, na questão de  
155 concursos e tudo mais. Diz que há muito trabalho pela frente e que aprovam a criação da Comissão  
156 dos Usuários. Comenta que essa comissão é importante pois auxilia no trabalho da Comissão de  
157 Fiscalização. Jairo Tessari faz uso da voz e comenta a luta que fizeram em 2012 para que o Estado  
158 cumprisse a lei complementar 141/2012, pagando os 12% da receita. Diz que quase chegaram ao  
159 valor. Comenta que, paralelamente a isso, criaram em Brasília uma frente popular pela saúde, uma  
160 frente parlamentar de apoio às Santas Casas na Câmara dos Deputados e em alguns estados do  
161 Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul. Diz que essa comissão se uniu no Estado de São Paulo em  
162 fevereiro e que agora luta para que a União faça sua parte e também pague os 10%. Comenta que o  
163 movimento está muito centrado em São Paulo e se isso não se estender para o resto do Brasil, pode  
164 ser caracterizado como algo ideologizado, pois é um Estado cujo governo é de partido sem aliança  
165 com o partido da Presidente da República. Diz que aqui no Rio Grande do Sul terá, no dia 20, uma  
166 discussão sobre a necessidade do Governo Federal aplicar os 10% e convida quem quiser participar.  
167 Relata que estão coletando assinaturas para que a União aplique o recurso. Odil faz uso da voz e diz  
168 que se reuniu com o procurador da república no município de Canoas, com o secretário municipal  
169 de Esteio e o de Sapucaia do Sul. Relata que discutiram a saúde da família e que os três municípios  
170 têm capacidade de evitar problemas que podem ser sanados na primeira etapa. Diz que foi  
171 apresentado um relatório que Canoas havia atendido 450 mil pessoas através do agendamento.  
172 Relata que questionou a pessoa que o apresentou, pois não fazia muito tempo que presenciou um  
173 fato onde duas senhoras procuravam desesperadamente um médico particular pois não foram  
174 atendidas pelo agendamento. Comenta outros problemas, como uma história onde um senhor foi  
175 solicitar um medicamento, quem o atendeu disse que não existia o medicamento e o xingou após ele  
176 ter insistido. Relata que, após isso, o paciente procurou a chefe do posto, que cobrou que a  
177 atendente fornecesse o medicamento e logo depois outro idoso, que teve seu medicamento negado  
178 logo antes, também cobrou o fornecimento. Reclama que ainda há pessoas fazendo isso, negando o  
179 fornecimento de medicamentos e que pessoas que trabalham no SUS ainda não estão preparadas  
180 para atender. Diz que é importante que o controle social reforce a sua luta. Célia faz uso da voz e  
181 comenta sobre a questão do Saúde Mais Dez. Diz que dia dez de abril será feita a entrega das  
182 assinaturas para a Presidente Dilma, em Brasília. Comenta que é importante recolher assinaturas  
183 não só dentro do CES, mas também dentro das instituições. Diz que como amanhã é o Dia  
184 Internacional das Mulheres, haverá uma marcha, a Marcha Unificada das Mulheres, onde  
185 participarão todos os segmentos e organizações envolvidas com o assunto. Comenta que trouxe um  
186 exemplar do Prêmio Nacional de Incentivo de Promoção de Uso de Medicamentos, também  
187 disponível na internet, e que uma das categorias é “As Experiências Bem Sucedidas de Profissionais  
188 nos Serviços de Saúde”, fazendo um estímulo para que se tenha um uso mais racional dos  
189 medicamentos e que os profissionais discutam esse trabalho. Eni Bahia faz uso da voz e diz que o  
190 atendimento de saúde sempre tem uma demanda reprimida nos mais variados pontos, que isso é  
191 bastante preocupante e que saiu na imprensa sobre a situação do tratamento da radioterapia, cujos  
192 números ela desconhece, mas seu irmão está no tratamento particular por falta de atendimento no  
193 SUS. Ela relata que a presidente Dilma assinou uma lei onde diz que o atendimento tem que ser  
194 feito em até sessenta dias, mas Eni diz que isso é só no papel, pois não há equipamentos suficientes  
195 no estado. Sugestiona que as rosas que sobraram dos presentes dados às conselheiras sejam  
196 entregues aos conselheiros, para que entreguem às suas cônjuges. Toledo faz uso da voz e diz que  
197 tem que fazer uma solicitação para a Secretaria da Saúde, para que informe o quanto gasta com cada  
198 posto de saúde e equipes de trabalho de cada um desses. Carlos Duarte faz uso da voz e diz que  
199 gostaria de fazer uma provocação em relação ao programa Saúde Mais Dez. Ele diz que são dois  
200 programas com o mesmo objetivo, que é a solicitação de recursos para a saúde, mas que têm uma  
201 grande diferença, que é que o Saúde Mais Dez quer que os recursos sejam investidos na saúde  
202 pública. Quanto à Campanha do Dia Internacional da Mulher, lançada no município de Porto  
203 Alegre, ele diz que nas redes sociais houve uma grande polêmica quanto a questões fúteis que  
204 apareceram na campanha. Comenta que a campanha sumiu do site da Prefeitura, sendo repostada por  
205 outra, pela saúde da mulher, sem qualquer pedido de desculpas. Diz que o tema que o CES escolheu

206 para trabalhar o Dia Internacional da Mulher pegou bem a questão do dia. Comenta sobre a eleição  
207 do Pastor Marco Feliciano para presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara  
208 Federal, mesmo que este tenha falado frases de cunho homofóbico e racistas. Relata que já há  
209 movimentos contra. Conselheiro Arley faz uso da voz e pergunta se foram contratados mais  
210 serviços de quimioterapia ou se isso ficou só nas leis. Ana Valls faz uso da voz e questiona algumas  
211 coisas, baseado no que foi relatado pelos outros conselheiros. Primeiro, quanto ao que o Odil  
212 comentou, sobre a funcionária que negou medicamento, ela pergunta quem é que controla e quem  
213 tem o poder, dentro do sistema, para tomar decisões quanto à distribuição de medicamentos.  
214 Segundo, quanto à fala de Eni, ela concorda que é necessário que se aumente a prevenção do câncer  
215 e pergunta quando vão começar a informar as pessoas sobre como evitar a doença. Por último,  
216 quanto às campanhas de Porto Alegre, ela pergunta se as duas campanhas foram válidas e se as duas  
217 receberam dinheiro público. Paulo faz uso da voz e diz que este último questionamento se deve  
218 fazer para o CMS de Porto Alegre e para o Secretário Municipal de Saúde. Sobre a fala de Odil,  
219 relata que quando deu problema quanto aos hospitais da Ulbra, foram o CES e o CMS que  
220 negociaram em Brasília para evitar que se fechassem as instituições, sob um acordo que eles se  
221 tornariam 100% SUS, mas eles não estão cumprindo o acordo em totalidade, com exceção de  
222 alguns prédios. Relata que chegou até o CES um material sobre os movimentos sociais contra a  
223 AIDS e diz que está quase tudo indo bem, com exceção do Fórum de AIDS, que está tendo  
224 problemas com a CAGE. Comenta que quem dará o parecer final é a PGE. Pede que o secretário se  
225 comunique com o procurador para mostrar que o trabalho é sério e que ninguém está roubando  
226 dinheiro. Comenta que conversaram com o secretário Ciro sobre o projeto de lei do CES, que o  
227 secretário assinou. Elemar Sand faz uso da voz e comenta sobre a questão do procurador. Diz que  
228 entrou em contato com o Márcio e que é uma questão formal, burocrática e que precisa ser  
229 agilizado. Quanto às quimioterapias, diz que hoje mesmo estavam atrás de pagamento para novos  
230 serviços. Diz há um investimento de onze milhões na área, com auxílio do Ministério, que está  
231 cumprindo com os 10% com que a União deve contribuir. Para Eni, quanto à mamografia, ele diz  
232 que o Estado não executa as ações, por isso que contam com ONGs e serviços contratualizados. Diz  
233 que o desafio é ampliar e fiscalizar os contratos. Relata que todos os contratos são abertos para o  
234 público. Comenta que a pressão por falta de ações na questão do câncer deve ser feita em cima da  
235 ouvidoria do município. Quanto à saúde da mulher, diz que estão implementando programas, como  
236 a rede cegonha e em áreas como o câncer de cólon. Diz que todas as discussões de quimioterapia e  
237 radioterapia são feitas a nível de CIR. Comenta que nada anda nos municípios sem ser discutido no  
238 CMS, nem nas regiões sem ser discutido na CIR regional. Diz que o grande desafio é fazer os  
239 contratos a nível de região, para que não se precise mais fazer contrato à nível de Secretaria de  
240 forma que não se adeque às necessidades das regiões. Relata que saúde é um saco sem fundo, que  
241 só investir em saúde curativa só vai beneficiar mais as multinacionais, por isso estão trabalhando as  
242 práticas integrativas e a prevenção, principalmente na área da alimentação, que pode evitar doenças  
243 como o câncer. Comenta sobre o diagnóstico precoce, a endoscopia, e diz que o serviço está cada  
244 vez mais aumentando e que o controle social precisa ajudar a fiscalizar. Diz que a tabela do SUS  
245 está muito defazada e que deve ser melhor paga. Comenta que um dos trabalhos do GT sobre as  
246 práticas integrativas é se integrar nas equipes envolvidas com a tragédia de Santa Maria. Diz que  
247 fazia parte do controle social. Quanto à distribuição de medicamentos, ele diz que seria ideal que  
248 cada posto tivesse um farmacêutico. Comenta a importância da saúde da mulher e da saúde da  
249 família. Diz que é importante fazer o pré-natal. Paulo faz uso da voz e diz que os parâmetros do  
250 Ministério da Saúde não estão atendendo a demanda e que o assunto deve ser debatido à nível de  
251 gestores. Comenta que ainda virá o debate sobre a localização da construção do hospital no Vale do  
252 Gravataí, em que cidade será construído. Diz que houve um debate e uma promessa do Governador,  
253 mas ainda não foi feito nem o orçamento, independente de onde será construído o hospital.  
254 Comenta que o debate deve ser trazido para o CES, assim como a situação do Hospital de Santa  
255 Maria. Eni Bahia faz uso da voz e diz que, na história deste do conselho, houve uma participação  
256 efetiva no Hospital de Santa Maria. Relata que o CES tinha uma equipe que foi até lá, analisou a  
257 situação, fez um levantamento e chegou a um diagnóstico, que seria de não construir um hospital

258 mas, sim, aumentar o número de leitos no que já existia lá. Eni diz que a posição do CES não foi  
259 respeitada. Diz que o CES deve acompanhar o Hospital de Gravataí e fazer um diagnóstico da  
260 situação, tendo uma posição sobre o assunto. Comenta que se deve fazer uma comissão para  
261 trabalhar o assunto. Elemar Sand faz uso da voz e diz que teve a oportunidade de visitar o hospital,  
262 quando viu que havia um processo de licitação aberto para fazer drenagem e mais outros dois  
263 aditivos para complementar a obra. Diz que onde o Estado hoje mais leva pacientes para fora é a  
264 parte da reabilitação, questão que vai ser resolvida no hospital. Comenta que o problema é o  
265 engessamento e a dificuldade dos andamentos dos projetos. Diz que não é só no DAER, mas  
266 também na Secretaria de Obras. Comenta que Palmeira das Missões é o município que mais tem  
267 atraso por causa disso. Relata que há em torno de 39 milhões parados e a única coisa pronta até  
268 agora é o projeto da obra, mas que ela teve que ir para São Paulo para fazer mais algumas alterações  
269 e que apenas semana vem que ficará pronta a licitação. Sobre o Hospital do Vale de Gravataí, diz  
270 provavelmente será construído em Alvorada, pois o objetivo é desafogar Porto Alegre. Relata que  
271 não há qualquer coisa definida ainda. Comenta o caso de Alegrete e diz que não é o culpado de falta  
272 de decisão sobre a solução para a região. Diz que se não há projeto de hospital, que se melhore a  
273 qualidade dos serviços. Comenta que há um fluxo de pacientes do interior para Porto Alegre, pois  
274 eles sabem que na Capital há serviços com melhor qualidade, então melhorando a qualidade da  
275 saúde no interior reverteria esse fluxo. Odil Gomes faz uso da voz e diz que houve uma comissão  
276 que estudou o caso de Santa Maria, que fez uma discussão e a levou para a Assembléia Legislativa.  
277 Relata que na reunião feita na Assembléia, durante a discussão, houve um acordo completamente  
278 contrário ao projeto do Secretário, mas no final do debate o Secretário falou que iria construir o  
279 Hospital Regional de Santa Maria, passando por cima de todo o debate que ocorreu. Paulo faz uso  
280 da voz e complementa a discussão, dizendo que o hospital está sendo construído em cima de um  
281 banhado e que, constantemente, terão que gastar dinheiro com drenagem, pois ali é um lixão. Relata  
282 que o que aprovaram no CES foi uma unidade de reabilitação, mas que é algo caro, que sobrevive  
283 de emendas parlamentares. Diz que não adianta construir algo que não vão conseguir manter e que  
284 esse debate deve ser feito em ponto de plenária. Comenta que quem está fazendo o trabalho em  
285 Palmeira é o “pai” das fundações públicas de direito privado. Jairo faz uso da voz e diz que se  
286 trabalha muito para construir hospital, mas que se trabalha mais ainda para pô-lo em pleno  
287 funcionamento, com equipamentos e profissionais qualificados. Alfredo faz uso da voz e informa  
288 que a reunião da comissão será na próxima quarta-feira. Paulo informa que na terça-feira haverá a  
289 votação da lei do conselho. Alfredo diz que é importante a presença dos conselheiros no evento.  
290 Paulo reforça que é importante o apoio dos conselheiros e instituições. Sônia faz uso da voz e  
291 convida os conselheiros do segmento dos trabalhadores para que se reúnam uma hora antes da  
292 próxima plenária. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CES/RS, Paulo Humberto Gomes da  
293 Silva, deu por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavrei a presente ata  
294 que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 7 de março de 2013.

295  
296 Paulo Humberto Gomes da Silva  
297 Presidente do CES/RS

Célia Chaves  
Vice Presidente do CES/RS

298  
299  
300 Alfredo Gonçalves  
301 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenadora do CES/RS

302  
303  
304 Jairo Francisco Tessari  
305 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand  
Coordenador do CES/RS

306  
307  
308 Carlos Alberto Ebeling Duarte  
309 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes  
Coordenador do CES/RS